

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

YANE ROSA PACHECO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS NO SETOR PÚBLICO**

RIO DE JANEIRO

2021

YANE ROSA PACHECO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO
FACILITADOR DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
SUSTENTÁVEIS NO SETOR PÚBLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos para
necessários à obtenção do grau de Gestor Público.

Orientador: Alberto de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2021

CIP - Catalogação na Publicação

S586e Silva, Yane Rosa Pacheco da
A educação ambiental como instrumento facilitador
do desenvolvimento de ações sustentáveis no setor
público / Yane Rosa Pacheco da Silva. -- Rio de
Janeiro, 2021.
33 f.

Orientador: Alberto de Oliveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade
Nacional de Direito, Instituto de Economia,
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional, Bacharel em Gestão Pública
Desenvolvimento Econômico e Social, 2021.

1. Educação ambiental. 2. Setor público. 3.
Sustentabilidade. I. Oliveira, Alberto de, orient.
II. Título.

YANE ROSA PACHECO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO
FACILITADOR DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
SUSTENTÁVEIS NO SETOR PÚBLICO:**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro como parte dos requisitos para
necessários à obtenção do grau de Gestor Público.

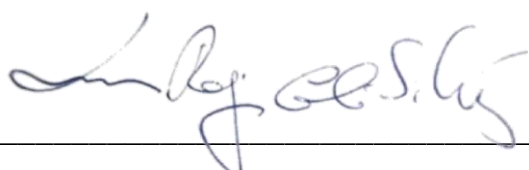
Aprovado em: 04 de março de 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alan Brum Pinheiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ



Prof. Dr. Luis Regis Coli Silva Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Dedico este trabalho aos meus pais e minha família pelo incentivo e apoio.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é mostrar como a Educação Ambiental pode ser aplicada como uma ferramenta de fomento à gestão ambiental, notadamente por meio de atividades práticas em órgãos públicos. Com o aumento dos desastres ambientais as questões ambientais estão cada vez mais em evidência, estimulando a sociedade buscar novas formas de preservar o meio ambiente. Em termos metodológicos, analisou a experiência prática do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Verificou dados do referido órgão relativos às ações de Educação Ambiental entre 2005 e 2020. A partir da análise de dados foi possível descobrir que nem todas as ações da Educação Ambiental precisam necessariamente ser ações que requerem um grande investimento pessoal e financeiro. Identificou que pequenas ações do dia a dia já trazem grandes benefícios para o órgão público, até mesmo benefícios financeiros, com a economia de materiais. Um dos principais desafios é esperar por esses benefícios, pois na maioria das vezes, são benefícios que só aparecem a longo prazo. Enfim, esse estudo mostrou que é viável a realização de forma eficiente ações de Educação Ambiental na gestão ambiental num órgão público, podendo ser considerado como uma forma de exemplo para outros órgãos públicos e até mesmo empresas privadas e a sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Meio Ambiente. Vertentes. Órgão Público. Tribunal Regional do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The objective of this paper is to show how Environmental Education can be applied as a tool to promote environmental management, notably through practical activities in public agencies. With the increase in environmental disasters, environmental issues are increasingly in evidence, stimulating society to seek new ways to preserve the environment. In methodological terms, it analyzed the practical experience of the Rio de Janeiro Court of Justice. It verified data from the referred body related to Environmental Education actions between 2005 and 2020. From the data analysis it was possible to discover that not all Environmental Education actions necessarily need to be actions that require a large personal and financial investment. He identified that small daily actions already bring great benefits to the public agency, even financial benefits, with the saving of materials. One of the main challenges is to wait for these benefits, because most of the time, they are benefits that only appear in the long term. Anyway, this study showed that it is feasible to efficiently carry out Environmental Education actions in environmental management in a public agency, which can be considered as a form of example for other public bodies and even private companies and society.

Keywords: Environmental Education. Environment. Strands. Public agency. Regional Court of Rio de Janeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Classificações regionais, pontuações de EPI e classificação global	13
Figura 2 – Programa de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça	18
Figura 3 – Cartilha do TJRJ	20
Figura 4 – Feira Orgânica realizada no prédio do TJRJ	21
Figura 5 –Teto Verde: Lâmina III e Anexo do Complexo Judiciário do Centro do Rio.	21
Figura 6 – Bicicletário Lâmina Central	22
Figura 7 – Logomarca do Programa Justiça pelos Jovens	22
Figura 8 – Resultados PLS-TJRJ 2015/2018	23
Figura 9 – Resultados PLS-TJRJ 2015/2018	24
Figura 10 – Relatório DIGAM 2020	25

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 NOTAS SOBRE AS ORIGENS E A EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	10
3 O DEBATE NAS PRINCIPAIS VERTENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	14
3.1 Educação Ambiental Conservadora	14
3.2 Educação Ambiental Crítica	15
4 O PROGRAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)	18
5 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Há diferentes categorias de conceitos para definir a Educação Ambiental, pois tal definição depende diretamente da interpretação, do autor e do contexto de cada caso específico. Segundo a Lei de Educação Ambiental brasileira Lei No 9.795, o conceito de Educação Ambiental pode ser a seguinte definição:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, 1999)

De forma geral, a educação ambiental é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável do país. De acordo com Dias (2003) a educação ambiental é uma forma de oferecer formação a toda sociedade, alertando e identificando ações sobre o consumo sustentável, fomentando a transformação da conduta da sociedade.

Segundo o relatório do Estado dos Serviços Climáticos 2020, coordenado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e com contribuições de 16 organizações internacionais diferentes, houve um aumento significativo dos desastres naturais nos últimos 50 anos em escala global e sugere que até 2030 o número de pessoas afetadas pelos desastres ambientais pode aumentar em 50%. Quando se trata especificamente do Brasil, existem outros fatores que prejudicam ainda mais esses desastres, como por exemplo, em 2017 o IBGE divulgou que 59,4% dos municípios não possuíam instrumentos de planejamento e gerenciamento de riscos.

Ficou evidente a importância do desenvolvimento de políticas públicas eficientes voltadas para o meio ambiente. Assim, a educação ambiental seria um excelente instrumento para deslindar esse problema. Para possibilitar a execução da Educação Ambiental no setor público é necessário identificar qual modelo se adequaria a cada instituição específica, viabilizando a transformação da cultura ecológica do local.

Há também diversas tendências e correntes da Educação Ambiental que podem ser utilizadas para desenvolver uma ferramenta facilitadora de programas na gestão ambiental dos órgãos públicos. Visto que, quando a Educação Ambiental é tratada na prática, não tem a devida importância no desenvolvimento de projetos no país. É importante considerar que há diversas formas de implementar a educação ambiental dependendo do ambiente escolhido.

As autoridades tem estudado estratégias para solucionar ou minimizar os efeitos dos problemas ambientais, em vista disso, a Educação Ambiental se tornou uma ferramenta de informação e mobilização na gestão ambiental pública.

A Educação Ambiental possibilita que os agentes públicos administrem os recursos de maneira mais eficiente, evitando desperdícios. Em virtude de os órgãos públicos terem uma grande influência em suas ações, é muito importante que esses órgãos públicos implementem essas estratégias para servir de exemplo e dessa forma incentivar outros órgãos públicos, empresas privadas e toda a sociedade a seguirem essa mesma prática.

Para tanto, é de extrema importância que as pessoas conheçam e entendam o que é educação ambiental de fato, pois é um estudo que pode ser desenvolvido de várias formas diferentes e em vários lugares como escolas, empresas privadas, instituições públicas, residências entre outros lugares e ocasionar benefícios à natureza.

A motivação desse trabalho foi o desejo de mostrar como a educação ambiental pode ser implementada de forma prática, apresentando um exemplo já desenvolvido no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, podendo ser utilizado como exemplo para outros órgãos públicos ou até mesmo empresas privadas, destacando as atividades e projetos que foram implementadas de forma prática baseados nos princípios da sustentabilidade.

Devido à dificuldade de encontrar materiais e estudos com exemplos de modelos de Educação Ambiental na prática, uma boa maneira de auxiliar seria a análise de um exemplo real de educação ambiental realizado em uma instituição pública. Em contribuição para setor público, a vantagem de examinar modelos que já são utilizados e as suas principais características que facilitariam outras instituições a identificar se aquele modelo também se enquadraria para elas.

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de mostrar como a educação ambiental tem sido utilizada como ferramenta de gestão no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Para isso optou-se por recolher pesquisas bibliográficas na base de consulta do google livros, o guia de educação ambiental do Inea (Instituto Estadual do Ambiente) e os conteúdos publicados no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Devido ao problema de pesquisa ser baseado no grande material teórico e pouco prático da educação ambiental, este trabalho foi delimitado a descrição da experiência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por isso, essa pesquisa tem classificação Exploratória Descritiva.

O trabalho está organizado em quatro partes, além dessa introdução. A primeira apresenta, de forma breve, a história da educação ambiental e como começou o surgimento no Brasil, indicando os seus primeiros conceitos e objetivos e interpretando como foi auferindo importância ao longo dos anos. A segunda parte categoriza as principais vertentes da Educação Ambiental, de forma a tornar possível distinguir as respectivas motivações e referenciais teóricos, bem como mostrar como a educação ambiental pode ser implementada de diversas maneiras em diversos lugares. A terceira parte mostra o modelo de educação ambiental desenvolvido no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, exemplificando todas as atividades e projetos aplicados na instituição. As considerações finais são apresentadas ao final do trabalho.

2 NOTAS SOBRE AS ORIGENS E A EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O surgimento da Educação Ambiental é um assunto bem abrangente e foi evoluindo ao longo dos anos, hoje há diferentes tipos de conceituação, teorias e técnicas que abordam o assunto. Com pensamentos apreensivos sobre o futuro e concomitante com o objetivo de assegurar a qualidade de vida dos seres vivos no mundo futuramente, era necessário que houvesse uma mudança no pensamento da sociedade, para que posteriormente gerasse uma mudança no comportamento, viabilizando a proteção do meio ambiente. Embora houvesse alguns acontecimentos que influenciaram a Educação Ambiental pelo mundo anteriormente, como por exemplo, a publicação de Primavera Silenciosa (Rachel Carlson, 1962), o termo Educação Ambiental surgiu apenas em 1965, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha.

Dois anos depois, em 1964 começava o período ditatorial no Brasil, foi uma época marcada por projetos prejudiciais ao meio ambiente, como o Projeto Carajás, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a Transamazônica. As políticas públicas brasileiras não priorizavam as questões ambientais, muito pelo contrário, eram diretamente influenciadas pela política global de atração de investimentos (Gonçalves, 1999).

De acordo com Lima (2015), foi a partir da década de 1970 que a Educação Ambiental ganhou destaque em assuntos sociais abordados mundialmente. Para repensar seu real significado e pensar em maneiras que poderiam ser desenvolvidas, levando em consideração questões culturais e políticas.

Alguns eventos que influenciaram a EA no Brasil:

1. Conferência de Estocolmo (1972) - Conferência efetuada pela ONU para discutir questões ambientais em âmbito mundial.
2. Seminário internacional de educação ambiental em Belgrado (1975) - Foi elaborada a Carta estabelecendo os princípios da Educação Ambiental: "a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.
3. Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) - Reunião realizada para tratar de assuntos relacionados à Educação Ambiental, como seus objetivos,

princípios e estratégias.

4. Congresso Internacional de Educação e Formação em Moscou (1987) - Evento que relatou os pontos positivos e as dificuldades desde a conferência de Tbilisi e engendrando novas estratégias.
5. Conferência Internacional no Rio de Janeiro (1992) - Destacou a importância de incluir o tema socioambiental nos debates ambientais.

A Rio-92 foi um grande marco nas políticas socioambientais não só do Brasil, mas de forma global, foi nela que os 179 países membros da ONU assinaram o documento denominado Agenda 21 que definia o comprometimento desses países não só nos governos, mas em todos os setores da sociedade para que suas ações voltadas para o crescimento econômico não prejudicasse o meio ambiente. Houve a elaboração de um plano de ação dos países e cada país, foram elaborados 40 capítulos relacionados a questões de sustentabilidade, saúde, inclusão social e educação, ainda assim, cada país desenvolveu sua própria Agenda 21, no Brasil enfatizaram a importância das ações em um modelo de crescimento em parceria com o desenvolvimento.

Inicialmente, existia a ideia de que a preservação ambiental era algo que se adequaria apenas para os países desenvolvidos, já que os países considerados subdesenvolvidos não poderiam arriscar diminuir o seu processo de industrialização, porém os anos 90 foram um marco para a mudança da concepção do ambientalismo brasileiro, em razão da mudança de pensamento desses países considerados mais pobres, já que eram justamente os que precisavam ainda mais desenvolver a Educação Ambiental, visando o melhoramento da qualidade de vida da população, entretanto eram os países com maior dificuldade de abrir mão de degradação do meio ambiente.

No período após a Rio-92 diversas outras ações ambientais começaram a ocorrer no Brasil, como forma de afirmar o compromisso com as metas estabelecidas na conferência, como por exemplo a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o objetivo de ser um reforço institucional. Dois anos depois, em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e a publicação da Agenda 21 feita por crianças e jovens em português, através da UNICEF.

Em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no

Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, nela é instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), visando ser uma ferramenta de conscientização e incentivando a participação da sociedade. Há também a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA, criando projetos para apoiar o fortalecimento da PNEA.

Em 2000, um evento reunindo os 191 países membros da ONU deu início a elaboração de um documento que estabelecia as metas do desenvolvimento até 2015, denominados “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)”, eram relacionados a questões de desenvolvimento social, da educação, da pobreza, da sustentabilidade ambiental e propagação de doenças.

Vê-se, por isso, que a Educação Ambiental sofreu várias alterações ao longo dos anos e ainda pode ocorrer mais mudanças na medida que forem necessárias. Um ótimo exemplo é a própria Lei da Educação Ambiental, que após 10 anos promulgação, foi regulamentada com um novo decreto, a fim de acrescentar outras providências.

De acordo com os dados de 2018 disponibilizados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) foram produzidas 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos no Brasil e apenas 3% desse total é reciclável. Dessa forma, o Brasil se tornou o quarto país que mais produz lixo do mundo, conforme publicado pelo relatório feito pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) que analisou mais de 200 países em 2019.

O Brasil ocupava a 55ª posição no ranking de 2020, embora tenha melhorado a sua posição em comparação a 2018, quando ocupava a posição de 69ª. No entanto, ainda há muito a se fazer em relação aos cuidados com as terras brasileiras. É importante destacar também que os incêndios da Amazônia não foram contabilizados no Índice de Desempenho Ambiental 2020 (Inglês: Environmental Performance Index, sigla EPI). O EPI ajuda a estabelecer políticas ambientais e a verificar se estão sendo cumpridas. Embora o Brasil tenha sido o primeiro país da América Latina a desenvolver políticas públicas nacionais específicas para a Educação Ambiental por

meio da Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, entretanto, quando analisado o EPI de 2020 e comparado aos demais países da América Latina, o Brasil está em 6º lugar no ranking, conforme mostra a ilustração:

Figura 1: *Classificações regionais, pontuações de EPI e classificação global.*

LATIN AMERICA & CARIBBEAN			
Reg Rank	Country	Score	Global Rank
1	Chile	55.3	44
2	Colombia	52.9	50
3	Mexico	52.6	51
4	Costa Rica	52.5	52
5	Argentina	52.2	54
6	Brazil	51.2	55
7	Ecuador	51.0	56
8	Venezuela	50.3	59
9	Uruguay	49.1	61
10	Antigua and Barbuda	48.5	63
11	Cuba	48.4	64
	St. Vincent and Grenadines	48.4	64
13	Jamaica	48.2	66
14	Trinidad and Tobago	47.5	69
15	Panama	47.3	70
16	Paraguay	46.4	73
17	Dominican Republic	46.3	74
18	Barbados	45.6	77
19	Suriname	45.2	81
20	Dominica	44.6	86

Fonte: Environmental Performance Index (2020, p. 24)

3 O DEBATE NAS PRINCIPAIS VERTENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A melhor maneira de compreender o debate em pauta é considerar que a Educação Ambiental tem vários objetivos, teorias, métodos e definições. Não se trata de algo específico, uma vez que o meio ambiente vem se transformando ao passar dos anos e concomitante a sociedade tem prestado mais atenção em assuntos ambientais, e consequentemente, cobrado dos governantes soluções com políticas ambientais eficientes. Julgo pertinente antes de apresentar como a Educação Ambiental pode ser aplicada na prática, mostrar as duas principais vertentes da Educação Ambiental defendidas no Brasil, para que seja possível identificar como as atividades no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram influenciadas por essas vertentes.

3.1 Educação Ambiental Conservadora

O objetivo da vertente conservadora é conscientizar a sociedade para que possa ter uma relação de harmonia com a natureza, entretanto não há nenhuma contextualização política, social ou econômica dos problemas ambientais, o foco está nas dimensões biológicas e ecológicas do homem. Segundo Guimarães (2007, p.35), a Educação Ambiental Conservadora não atribui a devida importância aos fatores externos que tem total influência na sociedade atual.

Desta forma, a Educação Ambiental Conservadora tende, refletindo os paradigmas da sociedade moderna, a privilegiar ou promover: o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante da coletividade; o local descontextualizado do global; a dimensão tecnicista frente à política; entre outros (GUIMARÃES, 2004, p. 27).

Conforme citado acima pelo autor, trata-se, inegavelmente, de uma vertente que almeja que as pessoas tenham conhecimento das questões ambientais, pois só através do conhecimento seria possível que houvesse uma mudança de comportamento. Seria um erro, porém, afirmar que essa vertente abrange todas as

problemáticas que abrangem a sociedade, pois ela ressalta apenas esses pontos ambientais específicos.

Sendo assim, a educação ambiental conservadora busca trazer o sentimento de cidadania aos indivíduos, com mobilizações gerando movimentos coletivos, um exemplo seria as iniciativas de coleta de lixo nas praias, mostrando que todos são responsáveis pelos problemas ambientais causados a natureza e a importância de cada um fazer a sua parte. Contudo, essa vertente não mostra relevância sobre as mudanças do sistema capitalista e as questões socioambientais.

3.2 Educação Ambiental Crítica

Trata-se de uma vertente que analisa as relações sociais, salientando não só os problemas ambientais. Para Sauv  (2005), fica claro que   necessário ter uma relação com a política e com as questões sociais. O mais importante, contudo, é constatar que muitas pessoas ainda são alienadas nos assuntos ambientais e essas ações podem levar conhecimento e possibilitar as transformações na qualidade de vida dessas pessoas.

Quando são estudados exemplos de ações da Educação Ambiental que poderiam ser realizadas na prática, a diferença entre a Educação Ambiental Conservadora e a Crítica fica evidente. Um exemplo de Educação Ambiental Conservadora, conforme mencionado já mencionado, seria a mobilização de ações de coleta de lixo nas praias, ou seja, visando uma mudança de comportamento, uma vez que seria em um lugar e dia específico e não seria uma ação diária. Já na Educação Ambiental Crítica, por exemplo, a ação seria promover o consumo consciente, portanto, seria uma mudança de hábitos, toda vez que as pessoas fossem consumir algum produto, iriam pensar de que forma o descarte daquele produto afetaria o meio ambiente e com o tempo a quantidade de lixo nas ruas iria diminuir. Em vista disso, as ações da vertente conservadora podem ser desenvolvidas a curto e médio prazo, enquanto as ações da vertente crítica são ações a longo prazo.

Sendo assim, o que acreditamos alcançar com essa proposta é que pelo desvelamento das relações de poder, dos mecanismos ideológicos estruturantes da realidade, se instrumentalize para uma inserção política no processo de transformação da realidade socioambiental. Nesse processo pedagógico se estará promovendo a formação da cidadania, na expectativa do exercício de um movimento coletivo conjunto, gerador de mobilização (ação em movimento) para a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável. (GUIMARÃES, 2004, p. 33).

Conforme citado acima, é entendível a presença da transformação nos hábitos da sociedade, uma transformação em sentido coletivo e individual, com o propósito de que toda a sociedade pudesse sentir que faz parte dessa mudança. Seria um erro, porém, atribuir a educação ambiental apenas a relações ecológicas e biológicas, para que haja uma transformação de verdade é necessário incluir assuntos que abrangem as questões políticas e socioambientais.

Os desastres ambientais estão relacionados ao esgotamento da exploração dos recursos do meio ambiente devida às ações do homem no modo de produção capitalista, objetivando sempre o acúmulo de riquezas sem se importar com a degradação ambiental. Com o modelo de produção capitalista e o avanço da tecnologia, da influência das mídias sociais e das propagandas na televisão, incentivando aumento do consumo, se fez necessário o desenvolvimento de políticas ambientais com ações práticas para diminuir estes impactos à natureza.

Um importante educador e pensador que proporcionou uma grande contribuição para a vertente crítica foi Paulo Freire, ele mostrava a importância de focar não somente na parte teórica da educação, mas na prática também, caso contrário seria apenas mais um discurso, baseado em palavras vazias que não poderiam ser colocadas em prática. De acordo com Freire (2001) a crítica é o meio de chegar mais próximo à realidade, ele criticava o capitalismo e seu modo de produção, pois sempre defendeu que todo ser humano deveria ter a garantia dos seus direitos fundamentais, e segundo ele, o capitalismo acaba violando esses direitos, e a educação seria uma forma de ir contra esse modelo do capitalismo, transformando e conscientizando a sociedade.

Espera-se, dessa forma, seguindo os princípios dessa vertente, que a sociedade, possa ter acesso ao conhecimento e saber da importância que suas

atitudes do dia a dia podem impactar positivamente ou negativamente o meio ambiente, podendo transformar a realidade de suas vidas com novos hábitos, à vista disso, possam provocar uma sensação de união e pertencimento a um propósito maior, a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da natureza.

Nesse sentido, a investigação da experiência concreta do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro talvez possa fornecer orientações na perspectiva de apresentar as práticas e marcos regulatórios capazes de disseminar as ações de Educação Ambiental, na expectativa que os seus resultados sirvam como exemplo para sociedade.

4 O PROGRAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

O Tribunal Regional do Rio de Janeiro (TJRJ) foi selecionado para essa pesquisa pelo fato deste órgão ser considerado uma referência em educação ambiental para os outros tribunais do Brasil e até mesmo outros órgãos públicos, pois, o TJRJ viabiliza a notoriedade não só a assuntos de função judicial, mas também a assuntos que abrangem toda a sociedade em seu cotidiano. Desde 2005, o TJRJ vem tomando iniciativas para implementar um sistema de gestão ambiental na instituição, possibilitando a conscientização dos seus servidores. O TJRJ só começou efetivamente a implantar as ações sustentáveis em 2015, mas, mesmo no início permaneceu ativo com suas ações e tem buscado evoluir e se aperfeiçoar até os anos atuais.

Figura 2: Programa de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça



Fonte: Relatório do Programa de Sustentabilidade do TJRJ (2018, p.2)

Em 2005, foi criado o Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE) e as palavras do próprio departamento descrevem muito bem a importância do desenvolvimento da Educação Ambiental em órgãos públicos, segundo o departamento “O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro entende que os Órgãos Públicos têm a responsabilidade de dar o primeiro passo na direção da redução do consumo de recursos naturais, diminuindo os impactos ambientais de suas atividades,

incentivando a realização de programas e práticas de reaproveitamento, reciclagem de materiais e o combate ao desperdício.” (TJRJ, 2021) A função desse departamento é fiscalizar e acompanhar os projetos sustentáveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2010, o TJRJ aderiu a um programa do Ministério Público, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como um meio de incentivar ações de sustentabilidade, focados em uma gestão ambiental que se preocupa com as relações socioambientais. O TJRJ foi o segundo Tribunal do país a aderir ao Programa e foi renovando ao passar dos anos. Em 2020 o TJRJ ainda adotava as diretrizes estabelecidas pela agenda. O objetivo da A3P é proporcionar um ambiente de trabalho com uma cultura mais sustentável, incentivando e buscando novas estratégias para os órgãos públicos reduzirem os impactos no meio ambiente. Na A3P em 2010 foram elaborados 5 eixos temáticos para estimular práticas relacionadas a traçar metas políticas e socioambientais. Outro elemento na proposta da A3P é a incentivo do desenvolvimento da política dos 5Rs (repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar o consumo de produtos que possam de alguma forma afetar o meio ambiente).

No mesmo ano de 2010 também foi criado a Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), departamento criado através do DEAP para trabalharem em conjunto, auxiliando e intensificando a análise dos projetos sustentáveis como forma de verificar a sua real eficiência.

Em 2011 ocorreram três grandes eventos importantes na formulação do programa de sustentabilidade do TJRJ. Foi instituído a Comissão de Política de Gestão Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COAMB) com a responsabilidade de decidir as estratégias que seriam implantadas no âmbito das questões socioambientais e a publicação da Política de Gestão Ambiental. Embora a adesão da A3P tenha sido em 2010, apenas em 2011 foi lançada.

Dois anos depois, em 2013, foi criada a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), que tinha como principal objetivo o uso racional dos bens públicos. Em 2016, o TJRJ em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conquistou o prêmio na 6ª edição das Melhores Práticas da A3P do Ministério do Meio Ambiente e conseguiram alcançar o 2º lugar com o projeto “Rede Rio de Sustentabilidade”.

Em 2015, um grande marco foi a criação do Plano de Logística Sustentável do TJRJ, um dos pontos mais importantes foi a definição dos 7 eixos temáticos:

EIXO 1 – USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS: A implantação da EcoFont, é um exemplo, pois é uma fonte com letras vazadas por círculos e consequentemente geram uma economia de 25% na tinta que é usada nas impressoras.

EIXO 2 – GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS: Como uma forma evidenciar a importância da Educação Ambiental, incentivar a coleta de lixo seletiva e da reciclagem não só aos servidores, mas também a toda a sociedade, o TJRJ adotou algumas alternativas: a instalação do papa-cartão, onde os cartões coletados através de parcerias com outros institutos seriam reciclados e fabricariam outros produtos, e o papa-pilhas, as pilhas coletadas seriam descartadas em um local próprio para isso. Até o ano de 2019 foram contabilizados meia tonelada de pilhas e baterias e 10 mil cartões coletados.

EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO: Um dos exemplos seria a capacitação de novos instrutores para o curso de Fundamentos da Ergonomia, para que dessa forma sejam aplicados os aprendizados na prática.

Figura 3: Cartilha do TJRJ



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br>

Eixo 4 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES: Com a elaboração de um Banco de Conhecimento Ambiental e as feiras orgânicas no TJRJ.

Figura 4: Feira Orgânica realizada no prédio do TJRJ



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

EIXO 5 – LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: Um exemplo seria o ATO EXECUTIVO Nº 5.298/2013 GUIA VERDE - 946 Itens. Com o objetivo de divulgar os materiais que cumpriam com os requisitos sustentáveis, através desse ato apenas materiais que cumprissem os requisitos sustentáveis seriam adquiridos.

EIXO 6 – CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS: O telhado verde é um excelente exemplo de construção sustentável, além dos benefícios diretos para os servidores, pois controla melhor a temperatura interna e os ruídos externos, também gera um benefício econômico, em razão da diminuição do uso do sistema de climatização, à vista disso, acaba diminuindo o consumo de energia elétrica.

Figura 5: Teto Verde: Lâmina III e Anexo do Complexo Judiciário do Centro do Rio.



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

Outro exemplo seria a instalação do bicicletário de forma a estimular a redução do uso do automóvel, impulsionando novas formas de mobilidade, como o uso da bicicleta.

Figura 6: *Bicicletário Lâmina Central*



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

EIXO 7 – RESPONSABILIDADE SOCIAL: Há diversos programas relacionados à temática social, como o Programa Justiça pelos Jovens, com foco em jovens dos 16 a 24 anos que estão cumprindo ou já cumpriram medidas socioeducativas, para proporcionar experiência profissional no mercado formal de trabalho e incentivando a não abandonarem os estudos, possibilitando a mudar o rumo de vida daquele jovem.

Figura 7: *Logomarca do Programa Justiça pelos Jovens*

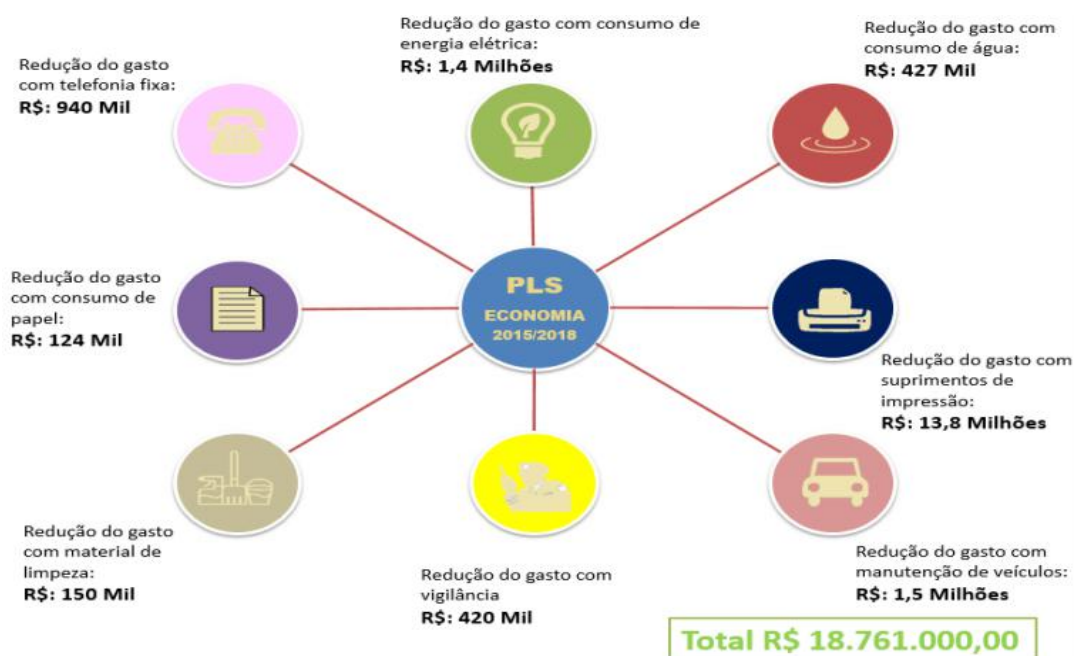


Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

Três anos depois, em 2018, foi criada a Sala Verde, projeto do Ministério do Meio Ambiente, cujo principal objetivo era a instalação de espaços para motivar a conscientização dos servidores e do público externo em relação a assuntos que abordem a educação ambiental.

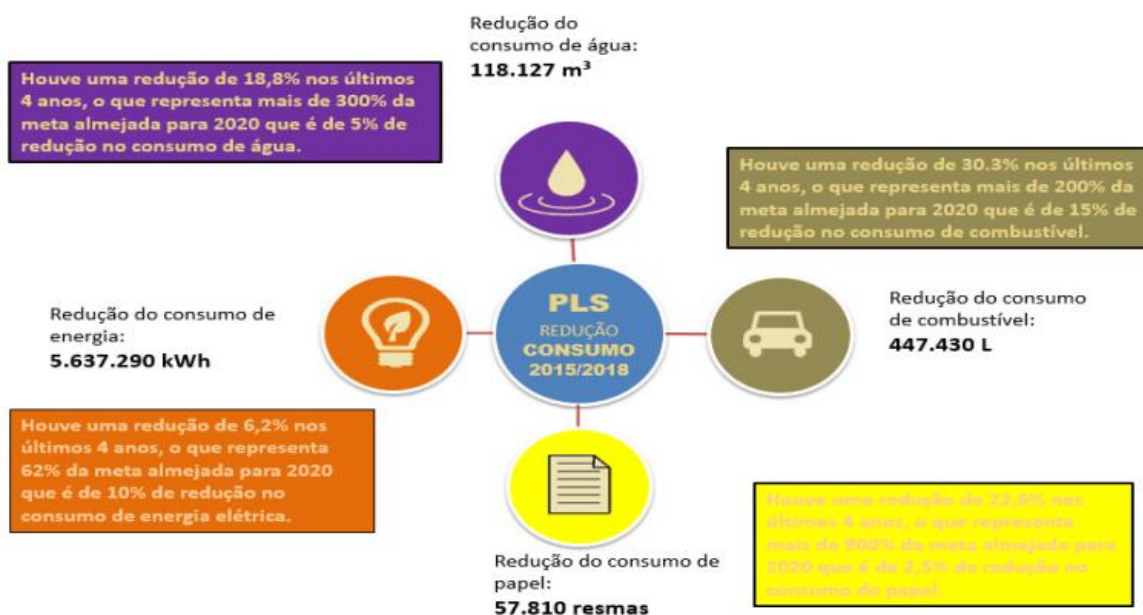
Nesse período de 2015 a 2018 foi a época que as atividades de educação ambiental começaram a gerar resultados cada vez mais eficazes, com a redução dos gastos com telefonia fixa, consumo de energia elétrica, água e papel, suprimento de impressão, material de limpeza, gastos com vigilância e com a manutenção de veículos. Segundo o resultado do Plano de Logística Sustentável, no período de 2015 a 2018, apresentado pelo desembargador Jessé Torres essas reduções nos gastos geraram uma economia de R\$ 18.761.000,00, conforme especificado nas figuras abaixo:

Figura 8: Resultados PLS-TJRJ 2015/2018



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

Figura 9: Resultados PLS-TJRJ 2015/2018



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

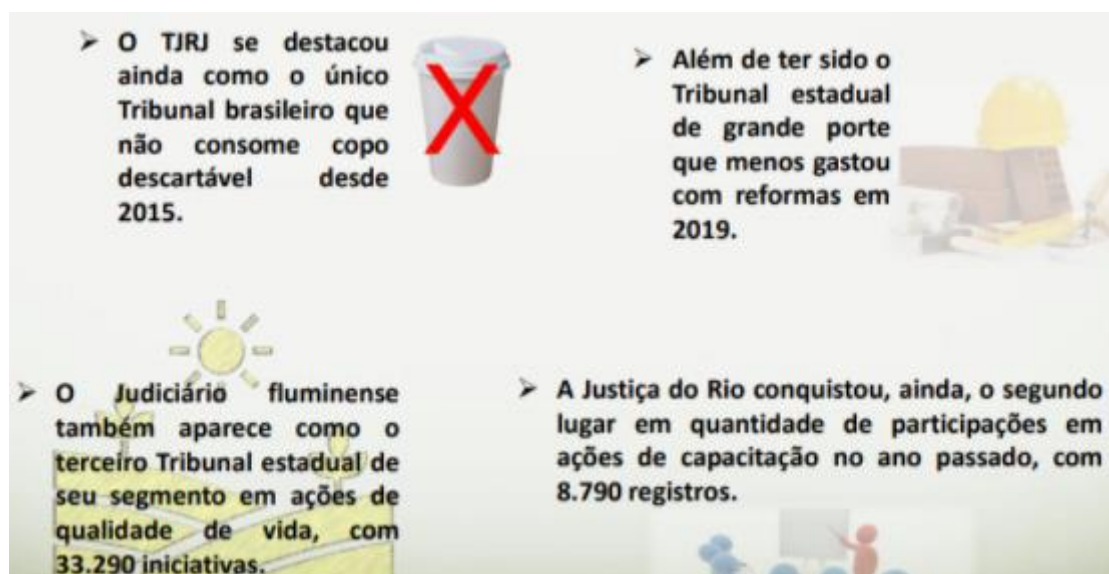
Entre 2019 e 2020, a promoção das práticas da Educação Ambiental continuou presente no TJRJ. Em 2019, em decorrência da comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05/06), foi instalado no TJRJ o projeto Papa-Tampinhas, cujo objetivo é coletar tampinhas e, posteriormente, vendê-las para arrecadar recursos financeiros para a compra de cadeiras de rodas para a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). Em parceria com o projeto “Rodando com Tampinhas”, realizado por voluntários da Paróquia São José, foram coletados 200 quilos de tampinhas.

Em 2019 também ocorreram diversos eventos e palestras como o Dia Mundial da Água, nesse evento foi realizado um seminário de ‘Segurança Hídrica e de Barragens do Estado do Rio de Janeiro’. Ainda em 2019 aconteceu a “Virada Sustentável”, ação realizada na Lagoa em parceria com a Cedae, distribuíram 150 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, com o apoio do Projeto Replantando a Vida. Outro evento foi a “Roda de Conversa” e que desta vez tinha como o objetivo a valorização da mulher, um momento que as mulheres pudessem refletir sobre o estilo de vida delas e pudessem pensar em um equilíbrio entre as diversas atividades que estão presentes em seus cotidianos, seja pessoal ou profissional.

O ano de 2020 foi um ano muito desafiador para a população brasileira, com a pandemia da COVID-19, trazendo mudanças não só econômicas, políticas e sociais, como também mudanças no meio ambiente. O TJRJ continuou a promover a

conscientização sustentável, porém teve que se adaptar à nova realidade da quarentena, um dos exemplos foi a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiental (05/06), foi realizada uma live com a juíza Admara Falante Schneider, com o tema “Sustentabilidade na Administração Pública”, nesta live foi abordada a Educação Ambiental desenvolvida no TJRJ e a importância que a administração pública tem para atender os princípios da conservação ambiental. Outro exemplo também foi o incentivo à capacitação dos servidores da Divisão de Gestão Ambiental (DEAPE/DIGAM), pois com o isolamento social, a procura por cursos online aumentou. No ano de 2020 também houve realizações como a implementação do Projeto Estratégico do TJRJ como uma forma de analisar as emissões de CO2 no TJRJ e pesquisar novas formas para a redução de CO2. Houve também inovações, como a ideia do reaproveitamento do verso do papel, reutilizando com blocos de rascunho. O DIGAM também divulgou um relatório com os principais resultados gerados através das práticas de educação ambiental no TJRJ:

Figura 10: Relatório DIGAM 2020



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/>

5 CONCLUSÃO

Com o aumento dos desastres ambientais, a preocupação em achar formas para preservar o meio ambiente vem aumentando e se tornando cada vez mais presente nas políticas públicas. Apesar do conceito da Educação Ambiental ser bastante abrangente e não ter uma definição única, é de extrema importância que a sociedade saiba da sua importância, pois, a abrangência e as implicações da Educação Ambiental não podem estar limitadas a ações pontuais como a coleta de lixo seletiva. É preciso combinar esta e outras ações num conjunto orgânico e articulado a fim alcançar a totalidade da sociedade e os objetivos almejados. Em suma, não se pode ter um pensamento imutável, uma vez que há diversas definições, como também há diversas maneiras de implementá-la e em diversos lugares.

As questões da Educação Ambiental ficaram em evidência no Brasil com a Conferência no Rio em 1992. Neste momento, houve uma mudança drástica na postura das políticas ambientais brasileiras, abandonando uma postura retraída para protagonista. Enfim, foi o momento chave para os governantes brasileiros perceberem a importância do desenvolvimento junto com o crescimento, pois, não adianta só a parte econômica de um país estar boa, mas a parte social e ambiental não estar, uma vez que, elas estão interligadas.

Nesse sentido, cumpre destacar a vertente da Educação Ambiental Crítica, pois, mostra a importância da articulação entre questões sociais e ambientais, ao contrário da vertente conservadora, que direciona seu olhar para questões biológicas e soluções tecnológicas, menosprezando a importância das distribuições dos custos e benefícios derivados da preservação do meio ambiente.

Esta pesquisa buscou compreender a importância da educação ambiental em órgãos públicos e os benefícios que ela pode gerar. A investigação mostrou que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desenvolveu um plano de gestão ambiental e implementou a educação ambiental como estratégia para conscientização e promoção de ações sustentáveis.

A participação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a criação do Plano de Logística Sustentável, foram pontos essenciais para a implantação de uma gestão ambiental eficiente com foco na conscientização e ações

sustentáveis. O Plano de Logística Sustentável o TJRJ conseguiu abordar diversas áreas, como a promoção de projetos sociais, o incentivo ao conhecimento em assuntos relacionados ao meio ambiental, criação de licitações que enfatizaram a sustentabilidade, em suma, o TJRJ se preocupou em proporcionar o conhecimento de questões ambientais para que dessa forma os servidores pudessem se conscientizar e conseqüentemente acabar mudando seus hábitos, melhorando a qualidade de vida.

Faz-se necessário admitir também os privilégios financeiros do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e os benefícios que seus servidores dispõem, facilitando o desenvolvimento de projetos e ações sustentáveis, possibilitando até as construções sustentáveis, como o teto verde, que requerem um investimento financeiro maior. A Educação Ambiental por ter essa capacidade de ser adaptada em diversos lugares e em diferentes formas, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro fez um bom proveito de seu cenário favorável, todavia, os outros órgãos públicos ou empresas privadas de pequeno porte, não precisam realizar necessariamente as mesmas ações, podem optar pela realização de projetos mais simples, pois como foi apresentado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, mesmo as ações mais simples geraram grandes benefícios.

De um modo geral, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro gerou grandes benefícios sociais, com a conscientização de seus servidores, estimulando o conhecimento sobre as questões ambientais, com a promoção de eventos e cursos com temas relacionados ao meio ambiente e o incentivo da prática de hábitos mais sustentáveis, com a instalação dos bicicletários, além disso também gerou benefícios financeiros, pois de 2015 a 2018 o TJRJ conseguiu economizar R\$ 18.761.000,00 com ações da educação ambiental de redução de gastos com energia elétrica, água, papel, material de limpeza, em outros termos, houve um estímulo do uso consciente dos recursos materiais.

Dada à importância do tema e o momento de pandemia em que ações presenciais encontram-se maiores dificuldades de serem efetuadas, seria interessante o desenvolvimento de projetos que visem à formação não só dos servidores do TJRJ, mas de toda a sociedade de forma remota, o próprio TJRJ já está fornecendo cursos online, poderiam abrir algumas turmas para pessoas externas, para que elas também tenham acesso ao conhecimento. Em relação a outros órgãos

públicos, o TJRJ poderia promover seminários com diretores de outros órgãos a fim de explicar como funciona a gestão ambiental deles com o propósito de estimular as práticas de educação ambiental em outros órgãos públicos.

Nesse sentido, a efetivação da educação ambiental em órgãos públicos é uma importante ferramenta para desenvolvimento de ações sustentáveis no setor público. Fica evidente que os benefícios almejados não serão alcançados de maneira imediata, é para ser executado como um plano a longo prazo, apesar disso é irrefutável que mesmo sendo um plano que vá demorar a trazer bons resultados, os benefícios compensam o tempo e trabalho investidos.

Embora as ações com o objetivo de preservar o meio ambiente tenham avançado, o cenário ainda não é otimista. No atual governo brasileiro ainda há muito descaso com o meio ambiente, seja na demora para agir, na falta de planejamento ou designação de verbas suficientes. É preciso que primeiro o governo valorize o meio ambiente, para que dessa forma as empresas e a sociedade tenham a mesma conscientização. A educação é um excelente instrumento de conscientização, portanto a Educação Ambiental mais do que nunca se faz necessária nas políticas públicas ambientais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, São Paulo, 2018.

BRASIL. Lei nº 7.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010. 327 p.

CHACON, Alessandra; NEFFA, Elza; DA SILVA, Luciene Pimentel. **SAPEA-água: educação ambiental e gestão das águas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Agenda 21. Brasília, 02 ago. 1994. Tradução do Ministério das Relações Exteriores.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

EPI. Environmental Performance Index. **Environmental Performance Index 2020: Global metrics for the environment: Ranking country performance on sustainability issues**. EPI, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; Araújo, Ana Maria. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental crítica**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004

_____. **Educação ambiental: participação para além dos muros**

da escola. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Departamento de Educação Ambiental: Unesco, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro**, 2017. Disponível em: <censos.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2021.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Educação ambiental**: conceitos e práticas na gestão ambiental pública/Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação Ambiental no Brasil**: formação, identidade e desafios. 1. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P- Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/ptbr/assuntos/educacaoambiental/a3p>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michèle Tomoko; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental**: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **Plano de Logística Sustentável**. Rio de Janeiro, 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **Programa de Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **Relatório de Atividades do DIGAM 2019**. Rio de Janeiro, 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). Departamento De Ações Pró-Sustentabilidade. Texto de divulgação disponível na página do TJRJ, 2021. Consulta realizada em 03/02/2021. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/projetosespeciais/gestao-ambiental#:~:text=O%20Poder%20Judici%C3%A1rio%20do%20Estado,pr%C3%A1ticas%20de%20reaproveitamento%2C%20reciclagem%20de>

WWF BRASIL. **Brasil é o 4º país do mundo que mais gera lixo plástico**. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?70222/Brasil-e-o-4-pais-do-mundo-que->

mais-gera-lixo-plastico>, Acesso em 20 de janeiro de 2021.